PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO

COORDENADORIA GERAL DE ESPECIALIZAÇÃO,
APERFEIÇOAMENTO E EXTENSÃO

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO LATO SENSU
HISTÓRIA, SOCIEDADE E CULTURA

**GRAJAÚ, TERRITÓRIO EM OCUPAÇÃO:
SEGREGAÇÃO ESPACIAL NO EXTREMO SUL DE SÃO PAULO**

THIAGO DE SOUZA BORGES

SÃO PAULO

2015

THIAGO DE SOUZA BORGES

**GRAJAÚ, TERRITÓRIO EM OCUPAÇÃO:
SEGREGAÇÃO ESPACIAL NO EXTREMO SUL DE SÃO PAULO**

Monografia de conclusão de curso de pós-graduação apresentada à Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – COGEAE como pré-requisito para a obtenção do título de Especialista (Lato Sensu) em História, Sociedade e Cultura, sob orientação do Professor Doutor Amílcar Torrão Filho

SÃO PAULO

2015

AVALIAÇÃO:.....

ASSINATURA DO ORIENTADOR:.....

BORGES, Thiago de Souza. **Grajaú, território em ocupação: Segregação espacial no Extremo Sul de São Paulo**. 2015. 43 f. Monografia (Especialização em História, Sociedade e Cultura) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2015.

RESUMO

São Paulo é uma cidade segregada. E, do final do século XIX ao início do século XXI, experimentou diferentes padrões de segregação do espaço urbano. Da concentração demográfica em uma área restrita, seguiu-se uma dispersão geográfica da população mais pobre para longe do centro, com moradias precárias e sem escritura autoconstruídas sobre terrenos de solo vulnerável e regiões de infraestrutura escassa. A cidade cresceu para as bordas. E das bordas, vozes ecoaram reivindicando direitos, transformados em moeda de troca por políticos e utilizados como mecanismo de gestão dos territórios por governantes. Mas a formalização de terras outrora irregulares não garantiu a segurança esperada ao trabalhador proprietário. Pelo contrário. Valorizou imóveis, elevou os custos dos aluguéis e atraiu um público com mais recursos financeiros, empurrando os mais pobres para as margens da represa Billings. No entorno do reservatório, surge o distrito mais populoso de São Paulo. Com 360 mil habitantes, o Grajaú passa da omissão à intervenção estatal para o controle de novas construções, ao passo que a expansão periférica capitaneada pela população sem moradia avança cada vez mais rumo ao Extremo Sul do município.

Palavras-chave: Cidade; São Paulo; Segregação; Expansão periférica; Enclaves fortificados; Grajaú; Ocupação irregular.

ABSTRACT

São Paulo is a segregated city. And from late 19th century to early 21th, city has had some different patterns of segregation in the urban space. Demographic concentration in restricted areas, followed by a geographical dispersion of the poorest people away from the center, with low standard autoconstructed housing on vulnerable land and scarce infrastructure areas. The city grew to the margins. And from margins, voices echoed claiming rights, which has had turned into bargaining tools for political and used as a mechanism for management of these territories by government. But the formalization of irregular land did not guarantee stability to worker-owner. On the contrary. Real estate valued, cost of rent increased and the conditions attracted other profile of residents, with greater financial resources, pushing the poor to the margins of Billings lake. Around the reservoir, the most populous district of São Paulo arises. With 360,000 inhabitants, Grajaú passes from omission to state intervention to the control of new constructions, while the peripheral expansion captained by population without housing moves more and more towards the extreme south of the city.

Keywords: City; Sao Paulo; Segregation; Peripheral expansion; Fortified enclaves; Grajaú; Irregular occupation.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	6
CAPÍTULO 1. SÃO PAULO: CIDADE SEGREGADA.....	9
1.1 Cidade concentrada	10
1.2 Cidade dispersa: a expansão periférica	11
1.3 Cidade em disputa: movimentos e políticas públicas	13
1.4 Cidade segregada: enclaves fortificados	15
CAPÍTULO 2. GRAJAÚ: TERRITÓRIO EM OCUPAÇÃO.....	17
2.1 Lugar de passagem	18
2.1.1 Bororé e o progresso	19
2.2 Expansão periférica aponta para o Sul	21
2.3 Grajaú: novas fronteiras de ocupação	22
2.4 Em defesa das águas	24
2.5 Remoções e resistência	26
2.6 Novas ocupações	28
2.7. Passado, presente e futuro: dados que ajudam a explicar o contexto	30
CONCLUSÃO.....	33
REFERÊNCIAS.....	35

INTRODUÇÃO

Em uma porção de terra de 92,53 quilômetros quadrados¹, margeada pelas águas da represa Billings e pelo verde da Mata Atlântica, vivem mais de 360 mil moradores. As linhas imaginárias que delimitam o território do Grajaú, distrito mais populoso da cidade de São Paulo que está localizado em zona de proteção ambiental e de mananciais, são o ponto de partida e de chegada da pesquisa que se apresenta nas páginas a seguir.

O Grajaú é mais um distrito da periferia paulistana ocupado nas últimas cinco décadas por migrantes de outras regiões brasileiras e seus descendentes. Ribeiro (1995) observa que o País viveu um processo de expulsão da população do campo que resultou no crescimento dos centros urbanos, que não estavam em condições de abrigar esses contingentes e cuja a população saltou de 12,8 milhões em 1940 para 80,5 milhões em 1980.

Para esses novos habitantes da metrópole do subdesenvolvimento industrializado, a moradia própria se torna fator primordial de sobrevivência e estabilidade, como lembra Kowarick (2000). Para o autor, a casa é o espaço de sociabilidade primária, a partir da qual se organiza a família e onde são planejados múltiplos projetos, com consequências materiais e simbólicas, além da sobrevivência de seus ocupantes: o trabalho, o estudo, as melhorias no imóvel.

Todavia, nas cidades, sabe-se que essa massa de pessoas empobrecidas, muitas vezes sem recursos financeiros nem subsídios públicos ou privados para acessar o mercado imobiliário formal, optou por morar em moradias precárias sobre solo vulnerável, geralmente distantes do centro das grandes cidades. Em busca dessa estabilidade, entre 1995 e 1999 foram construídas 4,4 milhões de habitações no Brasil, conforme aponta Bonduki (2008). Desse total, apenas 700 mil foram erguidas formalmente. O restante foi construído por iniciativa da própria população.

Em São Paulo, não foi diferente. Levantamento realizado pelo jornal Folha de S. Paulo, com base nos dados do Sistema Estadual de Análise de Dados (Fundação Seade) e do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), indica que os bairros do centro expandido da cidade de São Paulo perderam 441 mil moradores no período entre 1996 e 2007. Nesse intervalo, localidades na periferia ganharam 1,23 milhão de novos habitantes.

Remontamos ao final do século XIX e início do século XX, quando a população da cidade vivia concentrada em uma área pequena, em que começam as principais mudanças que permitiriam a expansão da mancha urbana para outros limites bem como a diferenciação e separação entre classes sociais. Por quatro décadas, prevaleceu a expansão periférica, um modelo de segregação que

¹ Disponível em: <http://portal.prefeitura.sp.gov.br/subprefeituras/spcs/dados/aspectos_fisicos/0001>. Acesso em: 20 ago. 2015

se caracterizou pela dispersão demográfica da população mais pobre pelo território do município, que conseguiu comprar imóveis na maior parte das vezes irregulares por um preço mais barato e garantir uma moradia estável.

Separados pela distância, ricos e pobres se ignoravam. Porém, a reivindicação por melhorias ganha força nos anos 1970 com a ascensão de movimentos sociais que emergem das comunidades eclesiais de base e dos sindicatos dos bairros periféricos, como explica Feltran (2001). As melhorias implementadas geram alta nos aluguéis e atraem públicos de outras faixas de renda, obrigando moradores antigos a se mudar por não conseguir arcar com os custos do “progresso”.

A crise econômica e o desemprego dos anos 1980 e 1990 contribuem para o aumento da criminalidade nas periferias, a estigmatização da população desses territórios outrora habitados somente por “trabalhadores”, e uma desconfiança mútua entre classes sociais. Caldeira (2000) nota que ricos e pobres estão cada vez mais próximos geograficamente, porém o surgimento e a forte adesão ao modelo do “enclave fortificado” permitem ao cidadão privado uma vida separada de pessoas “indesejáveis” por meio de sistemas de segurança.

Nesse contexto, as periferias seguem em expansão até alcançar os mananciais que abastecem a cidade. Antes um local ermo utilizado como passagem por indígenas e viajantes portugueses, o Grajaú compõe uma dessas regiões e sofre uma ocupação irregular de forma intensa. Entre 1980 e 2010, a população do distrito triplica em tamanho, e o poder público lança mão de programas específicos para impedir novos danos à produção hídrica da metrópole.

Diante desse cenário, o presente trabalho busca identificar os fatores que levaram o distrito do Grajaú a ocupar o posto de distrito mais populoso da cidade de São Paulo, apesar das restrições existentes para a habitação humana, e como os modelos de segregação identificados por Teresa Pires do Rio Caldeira (2000) no município se aplicam a essa região.

Além de Caldeira, outro trabalho fundamental para essa revisão é a monografia de Rodrigo Martins (2003), que apresenta informações do período prévio à ocupação da região do Grajaú; e a tese de doutorado de Eliane Alves da Silva (2001), que analisa políticas públicas recentes de contenção de novas construções em áreas de mananciais. Somam-se isso teses e dissertações de sociólogos e urbanistas, artigos, reportagens e base de dados da administração municipal, que permitem reconstruir o processo histórico de ocupação do Grajaú.

A monografia é dividida em duas partes. No primeiro capítulo, abordam-se os padrões de segregação no espaço urbano de São Paulo entre o final do século XIX e início do século XXI, bem como movimentos reivindicatórios na periferia e políticas públicas resultantes dessas mobilizações.

No segundo capítulo, apresenta-se um apanhado de informações sobre a ocupação humana no território hoje compreendido pelo distrito do Grajaú, desde os indígenas até a chegada dos

migrantes nordestinos, além de explicar o contexto político e econômico que motivou a tomada dessa região. Também são relacionados depoimentos de moradores a pesquisas acadêmicas ou reportagens jornalísticas sobre as consequências das políticas públicas no território. Além disso, discute-se com base em informações da administração municipal que ilustram a expansão demográfica no território e indicam novas tendências de crescimento populacional.

Por fim, nas considerações finais busca-se analisar as relações entre o processo ocorrido na cidade de São Paulo como um todo e especificamente no Grajaú, que tem características próprias de ocupação e gerenciamento desses loteamentos.

Cabe informar que o presente trabalho não se debruça sobre a Lei municipal número 16.050 de 31 de julho de 2014, que institui o Plano Diretor Estratégico de São Paulo, pois a mesma aguarda regulamentação da Câmara de Vereadores para entrar em vigor. Como continuidade dessa pesquisa, em uma próxima abordagem pretende-se abordar qual o impacto dessa legislação na gestão do espaço urbano, sobretudo o distrito do Grajaú.

CAPÍTULO 1. SÃO PAULO: CIDADE SEGREGADA

Ao contrário das cidades da antiguidade, como Roma ou Jerusalém, o espaço urbano atual deixou de se restringir a um conjunto denso e definido de edificações para significar, de maneira mais ampla, a predominância da cidade sobre o campo. Periferias, subúrbios, distritos industriais, estradas e vias expressas recobrem e absorvem zonas agrícolas num movimento incessante de urbanização (ROLNIK, 2004).

Todavia, ainda que não utilizem muralhas físicas, as metrópoles contemporâneas continuam ao mesmo tempo protegendo e reprimindo sua população por meio da centralização e hierarquização do poder no território, que é ainda mais forte, apesar de invisível. Chamada de segregação espacial, a organização urbana baseada na divisão entre classe sociais em diferentes fragmentos de um mesmo território delimita o lugar de cada coisa e de cada morador, cuja fronteira pode ser uma ponte, uma rua, uma esquina ou apenas um muro.

Caldeira (2000) indica que a segregação é uma característica importante das cidades, e as regras que organizam o espaço urbano são, basicamente, padrões de diferenciação social e separação. Contextos culturais e históricos são determinantes desses padrões, que revelam como a vida pública é estruturada e como os grupos sociais se relacionam na cidade.

Ao longo do século XX, segundo Caldeira (2000), a segregação social teve pelo menos três formas diferentes de expressão no espaço urbano de São Paulo, como vamos tratar detalhadamente nos próximos capítulos.

A primeira forma de expressão ocorre até os anos 1940, quando diferentes grupos sociais se comprimiam em uma área urbana pequena, restrita, cuja segregação se dava apenas pelos tipos de moradia.

Dos anos 1940 aos anos 1980, ocorre a segunda forma de expressão do espaço urbano, caracterizada pela expansão periférica. Nessa expressão, diferentes grupos sociais são separados por grandes distâncias e não se relacionam entre si. Enquanto as classes média e alta vivem nos bairros centrais, com boa infraestrutura, os pobres se dispersam com casas autoconstruídas em precárias periferias.

A partir dos anos 1980, o poder público realiza melhorias e institui políticas para gestão da população dos bairros periféricos após mobilizações de movimentos sociais, ao passo que os espaços onde moram integrantes das classes sociais mais ricas se expandem para a região sudeste de São Paulo e a crise econômica torna o sonho da casa própria autoconstruída mais distante para os trabalhadores das periferias, cujas alternativas são morar em bairros mais distantes, continuar pagando aluguel ou viver em favelas e cortiços.

Vivendo cada vez mais próximos, os diferentes grupos sociais continuam separados por muros e tecnologias de segurança que impedem a circulação ou convivência em áreas comuns. Com o crescimento da criminalidade, os espaços privados de trabalho, lazer, consumo, moradia se sobressaem como principal instrumento desse padrão, que perdura e se fortalece até os anos 2000.

1.1 Cidade concentrada

De 1890 até 1940, o espaço urbano e a vida social em São Paulo foram caracterizados pela concentração e heterogeneidade de sua população. Na última década do século XIX, o número de habitantes da cidade aumentou 13,96% ao ano, mas a área urbana não se expandiu na mesma proporção. Na virada do século XX, fábricas eram construídas intensamente, assim como novas residências para abrigar os trabalhadores que desembarcavam todos os anos. Comércio, serviços, moradias e indústrias dividiam o mesmo espaço, mas não por muito tempo. (CALDEIRA, 2000)

Desde a criação do Serviço Sanitário do Estado de São Paulo, em 1890, agentes públicos visitavam moradias pobres, especialmente cortiços, em busca de doentes. Para os trabalhadores, os serviços sanitários eram associados a um controle social. Nas primeiras décadas do século XX, a elite diagnosticou os cortiços como espaços de sujeira, doenças, promiscuidade e criminalidade, e começou a se distanciar desses locais. Temendo epidemias, os mais ricos se mudaram para áreas menos habitadas, como Higienópolis, Campos Elísios e avenida Paulista.

As primeiras leis sobre construção e zoneamento foram editadas na metade da década de 1910, e dividiram a cidade em quatro zonas: central, urbana, suburbana e rural. Até então, a maioria das leis diferenciava apenas as zonas central e urbana, deixando as regiões para onde os pobres estavam se mudando sem regulamentação.

Sobre esse período, Rolnik (1999, p. 09) destaca que:

a cidade nos anos 20 vivia um momento especial: durante as décadas de expansão da cultura cafeeira na província – e depois no Estado – São Paulo foi o maior ponto de atração de capitais e populações em todo o País. Com isto, na década de 30 a cidade ultrapassaria a marca de um milhão de habitantes, tornando-se uma das metrópoles cosmopolitas da América. Por ter sido a capital da oligarquia do café durante a República Velha, a cidade abrigava a representação do poder econômico e provia o governo federal com presidentes e ministros. Seu papel era portanto fundamental na definição dos rumos políticos do País.

A reboque desse cenário, Caldeira (2000) cita quatro fontes principais de transformação urbana do início do século XX. A primeira delas é o Plano de Avenidas elaborado por Francisco

Prestes Maia, que propunha a abertura de uma série de avenidas ligando o centro aos subúrbios. A execução desse projeto exigiu uma série de demolições e remodelações na região central, o que contribuiu para a especulação imobiliária, a alta dos aluguéis e a consequente expulsão de moradores com menos condições financeiras para outras localidades.

Outro fator transformador da paisagem urbana foi o sonho da casa própria, alimentado pelos integrantes da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp). Então responsáveis pela construção de vilas operárias, eles consideravam que não podiam mais arcar com esses custos. Nessa lógica, os trabalhadores deveriam adquirir seus próprios imóveis, preservando maior parte da renda para o consumo, ao mesmo tempo em que se organizava o espaço urbano para a expansão industrial.

A terceira fonte elencada por Caldeira é o surgimento de movimentos sindicais de influência anarquista que promoveram grandes greves nos anos 1910, e que tinham a habitação e a alta dos aluguéis como tema central.

E, por último, com a criação do Ministério do Trabalho após a revolução de 1930, o governo abre oportunidades para a aquisição da casa própria pelos trabalhadores pois isso favoreceria a estabilidade e a paz social.

1. 2 Cidade dispersa: a expansão periférica

Como novo padrão de urbanização resultante das diversas fontes de transformação do início do século XX, a expansão periférica começa a se esboçar nos anos 1930 (KOWARICK, 2009), mas se concretiza e se intensifica a partir da década de 1940, com as seguintes características: a dispersão demográfica pelo território do município; a separação entre as classes média e alta e os pobres; a aquisição da casa própria como regra para a maioria da cidade; e o uso dos automóveis pelos mais ricos e ônibus pelos trabalhadores – veículo fundamental para o novo padrão de urbanização e cujas empresas muitas vezes pertenciam a especuladores imobiliários, que facilitavam o acesso do transporte a bairros mais distantes com objetivo de valorizar terrenos vazios intermediários e lucrar com isso. (CALDEIRA, 2010)

Rolnik (1999) destaca que essa nova configuração é consequência da relação que a legalidade urbana estabelece com o funcionamento dos mercados imobiliários que atuam no território. O vetor Sudoeste da cidade é identificado como zona concentradora de paisagens ricas e valorizadas, enquanto a periferia (regiões Norte, Leste, Sudeste e Sul) como áreas pobres e desvalorizadas, marcadas pela irregularidade ou extra ilegalidade (ROLNIK, 1999), cujos terrenos muitas vezes não podiam ser registrados no nome dos compradores por serem grilados ou terem

dimensão abaixo do permitido por lei (CALDEIRA, 2000).

Por outro lado, os trabalhadores entendem que a própria característica desses terrenos e da periferia como um todo são fatores importantes que permitem a eles se tornarem proprietários e resolver seus problemas de moradia. (CALDEIRA, 2000)

O padrão periférico de crescimento é marcado, ainda, pela modalidade dominante da autoconstrução. Kowarick (2009) explica que, após adquirir o terreno, depois do expediente de trabalho o operário abre um poço, compra tijolos e, aos domingos, convida amigos e familiares para levantar as paredes das casas em bairros como Vila Matilde, Vila Esperança, Vila Guilhermina.

A moradia própria era garantia de estabilidade das famílias trabalhadores diante de possíveis intempéries econômicas, além de assegurar a paz social entre classes:

A casa própria mais facilmente conduz a uma configuração subcultural apoiada nos símbolos do sucesso de quem venceu na vida. É a vitória de uma moralidade que valoriza a família unida, pobre porém honesta, o trabalho disciplinado, enfim, a vitória da perseverança que leva à conquista da propriedade. É a respeitabilidade daquele que, com esforço familiar, ergueu as paredes e o teto que representam real e simbolicamente a proteção contra os perigos e violência da rua, a tranquilidade barulhenta da televisão dominical, a sociabilidade da vida íntima e, no final, a esperança de maior segurança na velhice. (KOWARICK, 2009, pág. 90)

Em 1950, esses bairros populares de casas autoconstruídas já abrigavam quase 40% dos moradores de São Paulo (KOWARICK, 2009). Entre 1960 e 1970, a população da capital paulista aumentou mais de 2 milhões de habitantes, quando mais de 430 mil domicílios foram construídos, a maior parte deles em loteamentos clandestinos de periferia, incluindo na zona rural. (BONDUKI, 1989). Em 1968, o Plano Urbanístico Básico mostrou que 52,4% dos domicílios do município não tinham ligação de água e 41,3% não estavam ligados à rede de esgoto (CALDEIRA, 2000).

Com o aumento do preço da terra em 150% entre 1950 e 1980, a elevação das tarifas de transporte, o crescente desemprego e a falta de fontes de financiamento subsidiados, muitos moradores foram habitar em favelas ou em regiões vedadas à construção habitacional, como as áreas de proteção aos mananciais. Ou ainda, ao longo dos eixos ferroviários e rodoviários da região metropolitana, como Osasco, Barueri, Jandira e Itapevi, os arredores da região de Campo Limpo rumo à Itapeirica da Serra, além de Guarulhos, Arujá e Mogi das Cruzes – todas essas regiões ainda carentes de serviços de água, esgoto e coleta de lixo (KOWARICK, 2009).

Esse arranjo urbano entre centro e periferias permitia manter separados os ricos dos pobres, cuja separação esteve relacionada a um período de desatenção às diferenças de classe ocasionadas não só pela distância e o pouco convívio como também pelo crescimento econômico dos anos 1970

e o impedimento de organizações políticas durante a ditadura militar (CALDEIRA, 2000). Porém, o cenário começou a se transformar nos últimos anos do regime ditatorial, como veremos a seguir.

1.3 Cidade em disputa: movimentos e políticas públicas

Entre os anos 1940 e 1950, mais de 100 mil migrantes chegaram a São Paulo, a maioria vinda do Nordeste ou do interior de Minas Gerais. Boa parte deles viria a morar em bairros sem qualquer melhoramento público e em pouco tempo passaram a reivindicar melhorias, como lembra Rolnik (1999).

Essas novas vozes paulistanas foram identificadas primeiramente pelos comunistas, entre 1945 e 1947, que perceberam a periferia como espaço propício para o surgimento de um movimento de luta por melhorias urbanas. Dezenas de comitês democráticos e progressistas foram criados na cidade, iniciando uma tradição de reivindicações e estratégias de pressão sobre o estado. As vozes da periferia, consolidadas em sociedades de amigos de bairro, ganharam representação com a Prefeitura e a Câmara de Vereadores.

Em 1948, o então vereador Jânio Quadros denunciava as condições precárias da vida na periferia e encaminhava suas demandas. Em 1954, com 2,5 milhões de habitantes e um imenso território ilegal, o agora prefeito Jânio conseguiu aprovar um projeto de lei que declarava oficiais todos os loteamentos anistiados em 1936 e todos contidos na planta da cidade, tornando qualquer espaço passível de investimento público. (ROLNIK, 1999).

Porém, dos anos 1960 até os anos 1980, as políticas públicas para habitação na capital paulista resumiam-se à remoção de favelas das áreas centrais – algo visto como um problema urbanístico pelos administradores públicos. (SAMORA, 2009).

A politização nos territórios periféricos e o fortalecimento dos movimentos dos anos 1970 resultariam, na década seguinte, na reivindicação de bens sociais como asfalto, água, luz e moradia, além de uma luta constante pela universalização de direitos (FELTRAN, 2001). Essa mobilização ajudou a visibilizar o padrão de segregação social e organização espacial da cidade, e as contradições entre centro e periferia passaram a ser invocadas em negociações entre governo e movimentos (CALDEIRA, 2000).

Todavia, para Mariacato (1996), o ambiente legal que surge depois do fim da ditadura militar ainda é arbitrário e socialmente excludente. Para a autora, a legislação rigorosa e detalhista gera uma contradição entre a cidade do direito e a cidade do fato, contribuindo para disseminação de atos de corrupção em troca de favores. Assim como o poder executivo, o legislativo não só não trabalha para acabar com essa prática como tira proveito da situação com uso do clientelismo.

Responsabilidade também tem o poder judiciário, uma vez que é encarregado de assegurar os direitos previstos em lei e a quem caberia a decisão sobre a legalidade ou não de uma ocupação.

Com mais de 30 mil ruas ilegais e 2,4 milhões de pessoas vivendo em loteamentos irregulares na cidade de São Paulo (MARICATO, 1995), as maiores mudanças aconteceram entre 1989 e 1992, durante a gestão de Luiza Erundina na Prefeitura (SAMORA, 2009). Os três maiores avanços desse período são a produção intensa nas áreas de favelas, loteamentos e construção de unidades novas; a substituição da política de construção das unidades habitacionais em grandes conjuntos por soluções alternativas; e a criação de estruturas gerenciais específicas para implementação dessas políticas.

Com a transição da gestão para Paulo Maluf e, sequencialmente, Celso Pitta, o período de 1993 e 2000 foi marcado por novas ações de despejo em favelas localizadas em áreas públicas. Nesse intervalo, foi criado o Programa Guarapiranga, com a realização de obras em sete favelas, englobando 1.621 domicílios na área de abrangência da represa de mesmo nome. Mas a principal política habitacional desse período foi o Cingapura, em que “além das questões econômicas, que sufocaram os moradores, houve ainda diversas situações de atrito entre os moradores, pelas mais variadas causas.” (SAMORA, 2009).

A autora explica que, de 2001 a 2004, durante a gestão Marta Suplicy, o Programa Guarapiranga foi ampliado para integrar áreas da represa Billings, e mais de 48 mil famílias receberam posse da terra. Posteriormente, durante as administrações de Serra e Kassab, algumas áreas passaram por regularização fundiária enquanto despejos de favelas foram retomados, principalmente em regiões onde estavam previstas obras viárias.

Com a promulgação do Estatuto das Cidades em 2003 e a criação do Plano de Aceleração do Crescimento (PAC), a cidade de São Paulo passa a receber mais recursos para investimento em habitação, assim como da Companhia de Desenvolvimento Habitacional e Urbano (CDHU), com verba estadual (SAMORA, 2009).

Contudo, Feltran (2001) ressalta que ao mesmo tempo em que se ampliava a cobertura de serviços e se firmavam marcos legais progressistas, essas políticas são implementadas de modo distinto em diferentes pontos do município, de forma a não construir exatamente a cidadania, e sim gerir as margens e dar assistência enquanto as controla.

Além disso, o cenário nas periferias de São Paulo se transformou em quatro décadas. Enquanto havia pleno emprego em 1970 e taxa de desemprego de 6% em 1980, nos anos 2000 o percentual de desempregados atingiu 20%. A migração também diminuiu progressivamente na década de 1990, até estancar no início do século XXI, ao passo em que a maioria dos moradores dos bairros periféricos já era de nascidos no município.

Produto do desemprego, nesse intervalo a criminalidade avançou nos bairros periféricos e ocupou o espaço do “trabalhador” como figura central desses territórios. A oposição entre trabalhadores e bandidos criou uma fronteira cognitiva entre aqueles que são ou não dignos de reivindicar direitos (FELTRAN, 2001). O aumento da criminalidade e a dualidade da visão que se tem das áreas mais pobres são fatores preponderantes para o fortalecimento de um novo padrão habitacional que se desenvolveu nas últimas décadas, no lugar do modelo de expansão periférica: os enclaves fortificados.

1.4 Cidade segregada: enclaves fortificados

No mesmo período em que a política habitacional do município passa por mudanças, a cidade dos anos 1990 continua altamente segregada, conforme evidencia Caldeira (2000). Porém, as desigualdades são produzidas e inscritas de formas diferentes da década de 1970. Já não é possível ignorar as diferenças sociais, portanto a alternativa é a construção de novas formas de segregação.

Enquanto o poder público promovia melhorias na periferia, inclusive a regularização de terrenos por conta da mudança da política habitacional do município em virtude da pressão de movimentos sociais e sua conseqüente inclusão no mercado imobiliário formal, os moradores desses territórios sofriam com o empobrecimento decorrente da crise econômica dos anos 1980, inviabilizando a autoconstrução como alternativa possível dessa população.

Como resultado, muitos moradores pobres tiveram de colocar de lado o sonho da casa própria e cada vez mais optar por viver em favelas ou em cortiços, que aumentaram substancialmente (CALDEIRA, 2000, pág. 231)

Caldeira indica que, nesse período, moradores ricos começaram a deixar regiões centrais para morar em lugares afastados pela primeira vez na história de São Paulo, avançando para a região sudeste da região metropolitana.

Finalmente, o aumento da criminalidade e do medo urbano desde os anos 1980 contribuiu para a fortificação da cidade, à medida que moradores de todas as classes sociais buscaram proteger seus espaços de residência e trabalho. Além disso, os preconceitos articulados na fala do crime não só ajudaram a exacerbar a separação de diferentes grupos sociais, como também a aumentar as tensões e suspeitas entre eles.

Entre os moradores mais ricos, o principal local de encontro é o enclave fortificado, uma série de empreendimentos urbanos onde as pessoas das classes média e alta vivem, consomem, trabalham e gastam seu tempo de lazer. Os condomínios são a versão residencial dessa categoria.

Moradores ricos e pobres adotam técnicas mas sofisticadas de distanciamento e divisão social, de forma que “diferentes classes sociais vivem mais próximas umas das outras em algumas áreas, mas são mantidas separadas por barreiras físicas e sistemas de identificação e controle”. (CALDEIRA, 2000, pág. 255)

Os enclaves são opostos à cidade, vista como um espaço deteriorado, poluído e barulhento, socialmente heterogêneo. O medo do contato e da contaminação das classes altas pelos pobres é simbolizado por esses sistemas de segurança, que refletem as transformações e têm características gerais que atingem todos os grupos sociais, uma vez que é um elemento a partir do qual as pessoas pensam seu lugar na sociedade.

Símbolo de status social, a moradia é uma forma de afirmação pública e, portanto, a separação física entre distintos públicos é considerada uma forma de prestígio de classe. (CALDEIRA, 2000).

Kowarick (2000) nota que, nesse sentido, o cidadão privado é o sujeito esforçado e perseverante que venceu na vida pois ergueu durante penosos anos sua casa própria – em torno da qual se estabelece seu núcleo de sociabilidade, contraditoriamente à noção de cidadania, que significa:

conquistas coletivas, impulsionadas por uma concepção de universalidade cujo fundamento é o direito de ter direitos: cidadania faz apelo à condição de coisa pública. Ao contrário, privado tanto significa particular ou restrito, que diz respeito a poucos e que alude ao isolado e oculto, como tem o sentido de perda ou privação. (KOWARICK, 2000, pág. 94)

CAPÍTULO 2. GRAJAÚ: TERRITÓRIO EM OCUPAÇÃO

Apesar de possuir sítios e ser rota de indígenas e viajantes paulistas e portugueses ao longo dos séculos passados, a ocupação do território hoje compreendido pelo distrito do Grajaú ganhou ímpeto nos anos 1960 e explodiu a partir da década de 1980. Segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) apontados no site Infocidade da Prefeitura de São Paulo, enquanto o município registrou taxas de crescimento populacional de 1,16% ao ano entre 1980 e 1991, 0,88% entre 1991 e 2000 e 0,76% entre 2000 e 2010, o Grajaú teve uma das maiores expansões entre os distritos paulistanos: 4,67% ao ano entre 1980 (quando tinha 117.301 habitantes) e 1991 (193.754 hab.); 6,22% ao ano até 2000 (333.436 hab.); e 0,79% na década seguinte.

De 23ª maior população da cidade, três décadas depois o Grajaú se tornou o distrito mais habitado de São Paulo, com 360.787 moradores em 2010, dispersos em uma área de 92,53 quilômetros quadrados que se estende-se por uma grande área abaixo dos canais dos rios Jurubatuba e Guarapiranga, limitando-se ao norte com o distrito de Cidade Dutra; a leste com os municípios de Diadema e São Bernardo do Campo, separados pela Represa Billings; a oeste e ao sul com o distrito de Parelheiros.

O distrito está localizado a 26 quilômetros do centro de São Paulo, considerando-se o percurso do marco zero da cidade, na Praça da Sé, até o número um da Avenida Dona Belmira Marin, segundo cálculos do aplicativo eletrônico Google Maps². BARBAN (2003) evidencia o contraste do Grajaú em relação a outros pontos de São Paulo na pesquisa Grajaú – Mapeamento e Articulação da Sociedade Civil em Região de Extrema Pobreza, junto ao Instituto de Estudos, Formação e Assessoria em Políticas Sociais (Polis):

À medida que se percorre essa distância a cidade vai se deteriorando aos poucos, desde o desenho das habitações e zonas comerciais até o cuidado com as ruas, avenidas e pontos de ônibus, que raramente possuem coberturas e bancos de espera (justamente onde as pessoas aguardam mais tempo pelo coletivo igualmente precário) e nem de longe lembram os pontos modernos e acolhedores da região Centro e Paulista (BARBAN, 2003, p.11).

Em sua tese de doutorado, Silva (2011) questiona o esgotamento do modelo de expansão periférica ao analisar o caso do Grajaú e região. Para a autora, ainda que São Paulo apresente baixas taxas de expansão demográfica, em seus distritos periféricos a cidade continua se expandindo, por vezes a taxas consideradas explosivas.

Silva nota ainda que, ao alcançar as áreas de mananciais da cidade, a expansão urbana

2 Disponível em: <<http://maps.google.com.br/>>. Acesso em: 12 de abril de 2015.

irregular evidencia os limites de sua própria reprodução, e aquilo que até então podia ser percebido e tratado como um problema somente para seus moradores se converte em problema para todos ao ameaçar a capacidade de abastecimento hídrico. Portanto, à medida em que a cidade continua se expandindo, o poder público cria formas para tentar gerir essas populações.

A região colocada em questão é composta pelas subprefeituras de Capela do Socorro e Parelheiros, que correspondem a um terço da área total da cidade, com superfície de 487,8 quilômetros quadrados. Esse território abriga 67% da área rural de São Paulo e 95% dele protegida pela Lei de Proteção dos Mananciais – parte dela dentro das Áreas de Proteção Ambiental (APAs) do Capivari-Monos, criada prefeitura de São Paulo em junho de 2001 e com 270 quilômetros quadrados, e do Bororé-Colônia, de maio de 2006, com 90 quilômetros quadrados. Os mananciais sob proteção nessas APAs são responsáveis pelo abastecimento de água de 35% da população da região metropolitana de São Paulo.

Neste capítulo, os diferentes momentos históricos da região são traçados até a época recente com objetivo de estabelecer correlações entre os processos ocorridos no distrito com os acontecimentos em âmbito municipal.

2.1 Lugar de passagem

Poucos são os registros de ocupação efetiva do território onde hoje se encontra o Grajaú, território abordado nesta pesquisa, antes da implantação da Colônia Alemã na região. Zenha (1977) apud Martins (2003) aponta que não há registros de aldeamentos indígenas pré-Cabralinos entre os afluentes Bororé e Taquataquissetiba, do rio Grande – região atualmente conhecida por Bororé ou Ilha do Bororé.

Segundo o autor, a região era usada pelos indígenas como passagem entre o litoral e o planalto, uma trilha que ligava as aldeias de Ibirapuera e de Itanhaém. Ele também cita as primeiras sesmarias na região, chamadas de Caucaia, Ibiambura (Embura) e Taquataquissetiba, datadas de 1640 e concedidas por Calixto da Mota, Capitão-Mór da Capitania de São Vicente.

De acordo com Berardi (1981) e Torres (1977) apud Martins (2003), com a chegada dos portugueses, as aldeias existentes passaram a denominar-se de Santo Amaro de Ibirapuera e Conceição de Itanhaém, respectivamente, tornando-se vilas coloniais. Por trilhas terrestres ou vias fluviais, Martins (2003) corrobora que Bororé estava no caminho de São Paulo para o mar. Ainda assim, a região somente foi ocupada efetivamente com a implantação da Colônia Alemã entre os ribeirões Taquacetuba e Vermelho.

Esta foi a primeira experiência de implantação de uma colônia no Império brasileiro por

imposição à província de São Paulo. Os objetivos eram substituir o trabalho escravo pelo assalariado e estimular e o surgimento de uma classe média brasileira; implementar novas técnicas agrícolas; e ter soldados mercenários para combater nas fronteiras com os domínios espanhóis. (RIBEIRO, 1997 apud MARTINS, 2003).

Alguns alemães decidiram se assentar no local, mas com pouco sucesso. Dos 229 indivíduos (62 famílias) que ocuparam essas terras em 1829, uma década depois 157 estavam espalhados por outros pontos de Santo Amaro. Em 1847, a Colônia somava apenas nove famílias, chegando ao número de quatro famílias três anos depois. (ZENHA, 1950 apud MARTINS, 2003).

Apesar do fracasso inicial, Martins (2003) observa que Santo Amaro passa a ser considerado o “celero da capital” após a colonização alemã, sendo o único município da província a produzir batatas, além de fornecer arroz, feijão, milho e mandioca à capital. Os alemães também comercializavam no Mercado de São Paulo gado, aves, canela, madeira e carvão; fundaram vilas e povoaram regiões de Cipó, Parelheiros, Casa Grande, Gramado e Bororé; e abriram vias como a antiga estrada de Parelheiros (atuais Av. Sen. Teotônio Vilela e Av. Sadamu Inoue), que impulsionaram a ocupação local.

A perda cultural foi inevitável e práticas agrícolas relativamente adiantadas como o uso do arado, o sistema de alqueire, entre outras, foram deixadas de lado. Mesmo assim, a região apresentou um espírito mais empreendedor, pois os alemães estavam prontos a aderir ao “progresso”. Essa presença de alemães levou outros imigrantes que chegariam ao Brasil no final do século XIX e início do XX a escolherem essa região para morar.

Os portugueses montavam granjas de aves e gado; espanhóis da Catalunha comercializavam roupas femininas; árabes, turcos e judeus vendiam tecidos; russos, húngaros e ingleses eram operários, comerciários e bancários; norte-americanos que ocupavam altos cargos de chefia nas indústrias; japoneses eram agricultores de hortifrutigranjeiros e seus filhos se tornariam profissionais liberais, como médicos, dentistas e farmacêuticos.

2.1.1 Bororé e o progresso

Na passagem dos séculos XIX e XX, Martins (2003) indica que a área onde atualmente se encontra o Grajaú se transformou com os investimentos feitos na região décadas antes, quando Santo Amaro ainda era município. Em 1935, a então municipalidade foi anexada à capital paulista pelo interventor federal no Estado Armando de Salles Oliveira (BERARDI, 1981 apud MARTINS, 2003), sendo rebaixada a subprefeitura.

O progresso destacado por Berardi (1981) se deu por projetos de desenvolvimento da futura

metrópole de São Paulo, que levou a empresa canadense The São Paulo Trainway, Light and Power Company Ltd. a construir uma represa no rio Guarapiranga, em 1907, para controlar a vazão do rio Tietê e a produção de energia na Usina Edgar de Souza.

Martins (2003) ressalta que a represa Guarapiranga também serviu de lazer aos paulistanos, que construíram chácaras de recreio, clubes (de campo, náuticos, de golfe, etc.). A empresa canadense construiu uma linha de bonde em 1900, ligando a capital a Santo Amaro, em torno da qual surgiram bairros como Vila Clementino, Indianópolis, Campo Belo, Vila Cordeiro, Jardim Petrópolis, Moema, Brooklin Paulista e Alto da Boa Vista. A linha foi expandida até o bairro do Socorro, após a construção da represa de Guarapiranga, e esse foi o último bonde a ser desativado no município de São Paulo, em 1968 (BERARDI, 1981 apud MARTINS, 2003).

Outra obra da Light na região foi o Projeto da Serra do Mar, cujo idealizador e executor, o engenheiro norte-americano Asa White Kenney Billings, planejou represar os rios Jurubatuba e Bororé, afluentes do Pinheiros, para a formação de um outro lago. Essas águas seria lançadas a 740 metros de altura nas turbinas da Usina Henry Borden, de Cubatão, que supriria a falta de energia a São Paulo. (BERARDI, 1981 apud MARTINS, 2003). Com obras iniciadas em 1926 entre os municípios de São Paulo e São Bernardo do Campo, a represa atualmente conhecida como Billings é o maior reservatório de água em área urbana do mundo, com 130 quilômetros quadrados.

Da mesma época, Martins (2003) destaca a construção da Auto-Estrada Washington Luíz em 1928, interligando a capital às áreas das represas, o que fez surgir residências de alto padrão ao longo da estrada. A construção do Aeroporto de Congonhas, do Autódromo de Interlagos e do bairro jardim de mesmo nome decretariam o que Berardi (1981) apud Martins (2003) define como “Época de ouro Santamarense”.

Linhas férreas, energia elétrica e água, entre outras modificações no espaço, possibilitaram o avanço urbano e industrial à região de Santo Amaro. Com a anexação ao município de São Paulo, o plano de crescimento da capital previa abrigar em Santo Amaro indústrias e residências operárias, além de bairros de alto padrão em um terreno que permitia fácil expansão urbana (BERARDI, 1981 apud MARTINS, 2003)

A etapa decisiva para a ocupação populacional da região ocorre em 1957, quando é concluído o ramal ferroviário da antiga Estrada de Ferro Sorocabana, que interligava a linha Júlio Prestes-Mairinque com a Santos-Mairinque. Essa linha de ferro passava pelo canal do rio Pinheiros, Interlagos, Grajaú, Itaim, Colônia Paulista e Barragem, cortando o sertão santamarense ao meio. Além do transporte de cargas, neste ramal passa a circular uma linha de transporte de passageiros entre Osasco e Evangelista de Souza, hoje em operação como Linha 9-Esmeralda da Companhia Paulista de Trens Metropolitanos. (MARTINS, 2003).

2.2 Expansão periférica aponta para o Sul

O desenvolvimento industrial da região de Santo Amaro, principalmente a partir da década de 1960, necessitou de uma grande massa de operários para movimentar suas máquinas. Assim, muitos migrantes do Nordeste brasileiro e do Norte de Minas Gerais começaram a povoar a região. (MIRANDA, 2002 apud MARTINS, 2003).

As primeiras levas de migrantes que chegaram à Zona Sul se fixaram inicialmente nas regiões onde hoje se localizam os distritos de Cidade Ademar, Campo Limpo e Jardim São Luiz. A mancha urbana metropolitana seguiu avançando sobre áreas próximas aos reservatórios Billings e Guarapiranga, que já eram utilizadas para fins de abastecimento da população, preocupou o movimento ambientalista e o governo estadual.

Silva (2011) lembra que em 1971 o Plano Metropolitano de Desenvolvimento Integrado (PMDI) estabelecia diretrizes para o desenvolvimento urbano e regional, bem como medidas de proteção de recursos naturais, o que posteriormente originaria a Lei de Proteção dos Mananciais (LPM), publicada em 1976 pelo governo estadual com objetivo de proteger a região das represas. Assim, as regiões do Jardim Ângela, Pedreira, Grajaú e Parelheiros ficaram sob proteção dessa legislação.

Porém, Silva aponta que a lei fracassou ao promover a desvalorização nas áreas de abrangência ao mesmo tempo em que essas terras se tornaram desinteressantes para o mercado imobiliário formal. Para recuperar parte do valor perdido, os antigos proprietários – muitos deles, descendentes dos colonos alemães – dividiram a terra em pequenos lotes e comercializaram a preços módicos.

Por outro lado, o descumprimento da lei permitia o funcionamento de uma engrenagem em grande parte consoante com o processo de industrialização em curso, por atender uma demanda habitacional popular que não era suprida pelo mercado imobiliário formal nem pelo Estado, o que de certa forma explica a tolerância às ocupações pela administração pública (SILVA, 2011).

A LPM também impôs regras que não contemplavam os planos de desenvolvimento municipais, sobretudo o de São Paulo, cujo projeto urbanístico direcionava o crescimento rumo à região Sul enquanto a lei orientava a expansão no sentido Leste. Exemplo dessa dissonância citada pela autora é a permissão para a Companhia Habitacional (COHAB) construir moradias em áreas interditas pela LPM, como é o caso dos conjuntos habitacionais Bororé I, II e III, com 2.642 unidades inauguradas a partir de 1985 no Grajaú – portanto, na bacia da represa Billings. (SILVA, 2011).

Com a reabertura democrática no final do regime militar, a zona Sul de São Paulo foi

cenário da ascensão e expressão de movimentos de moradia, que demandavam maior produção habitacional e legalização de loteamentos irregulares e favelas. É nesse contexto que se inicia o debate sobre a regularização de ocupações proibidas. (SILVA, 2011).

Como resultado, a LPM não conseguiu impedir o avanço da cidade sobre os mananciais. Filardo Jr. (2004) apud Silva (2011) observa que, entre 1974 e 1977, já na vigência na lei, de um total de 130,2 km² de crescimento da mancha urbana metropolitana, 34 km² se deram em áreas de mananciais, correspondendo a 26% do crescimento total. No período seguinte, entre 1977 e 1980, o crescimento total foi de 148 km², sendo que 46,5 km² ocorreram em mananciais, ou o equivalente a 31%. Entre 1980 e 1985, o crescimento total foi de 87,5 km², sendo 35 km² em mananciais, ou 40%. Essa participação ultrapassa a metade no período de 1985 a 1990, alcançando 51%, ou 73,6 km² em áreas de manancial, de um total de 145,4 km² da região metropolitana.

Esses conflitos resultaram na promulgação de uma nova lei dos mananciais em 1997, que não se limitava a proteger mas previa a recuperação de áreas ocupadas irregularmente. Em 2006 e 2009, com a aprovação de leis específicas da Guarapiranga e da Billings, respectivamente, o Estado admite a ocupação irregular e busca outros meios para gerir e controlar. Isso inclui a instalação de redes de saneamento básico, antes proibidas, assim como dispositivos para regularização dos assentamentos. (SILVA, 2011)

2.3 Grajaú: novas fronteiras de ocupação

Os novos bairros que surgiam na região do Grajaú dos anos 1970 em diante acompanhavam o desenvolvimento periférico característico da cidade de São Paulo à época (SILVA, 2011). Dos 30 mil habitantes em 1960, a Capela do Socorro passou a 261.230 em 1980 e a 563.922 no ano 2000 – crescimento populacional de quase 2.000% em quarenta anos. Atualmente, estima-se que existam 200 bairros irregulares e 220 favelas na Capela do Socorro, sendo que grande parte desse total se encontra no distrito do Grajaú. Ruas em áreas de solo vulnerável, em morros, sem infraestrutura urbana, equipamentos sociais ou transporte coletivo próximo seguem, desde então, ocasionando conflitos entre o direito à moradia e a proteção ao meio ambiente (MARICATO, 1995).

No distrito do Grajaú, o avanço às águas da Billings continua com a ocupação de uma península da represa na década de 1980. Atualmente com 50 mil moradores, o bairro Cantinho do Céu foi o primeiro de muitos que cresceram de forma irregular e precária às margens do reservatório. (SILVA, 2011).

Na década de 1990, enquanto tentava-se amenizar a pressão da mancha urbana na bacia da Guarapiranga com o Programa de Saneamento e diminuir os índices de poluição ambiental, o

processo de ocupação em torno da Billings se acentuava. Em visitas de campo, Silva (2011) conheceu a moradora Vera, que chegou ao Parque Residencial dos Lagos (bairro vizinho ao Cantinho do Céu) em 1988, quando foram abertos os primeiros loteamentos irregulares:

O lote foi comprado “no escuro”, como ela diz, sem documentos, e apenas com a promessa dos loteadores de que mais tarde os serviços básicos seriam estabelecidos no local. À época ela e o marido moravam de aluguel no distrito de Cidade Dutra, também na região sul da capital. O marido trabalhava nas imediações da região, e através de colegas soubera da abertura do loteamento (...) Do momento em que Vera chega ao bairro, descrito como “sertão”, em alusão a um lugar afastado e pouco habitado, até o momento em que o Programa Mananciais chega e lida com a questão de que destino dar a numerosa quantidade de pessoas ali estabelecida, passam-se cerca de vinte anos. Duas décadas de história social e política, onde se forjam atores e embates que fazem densificar a região das represas. (...) O serviço de luz seria finalmente conquistado no íterim das eleições municipais, em inícios da década de 90, o que faz Vera atribuir a conquista ao “favor” de alguma das forças políticas concorrentes que disputavam o pleito, sem saber citar quem: “Pois na época o presidente da associação jogava para os dois lados”, sem definir-se por um dos polos da disputa, lembra a entrevistada. Assim, ao longo de 20 anos, o bairro se consolida, combinando para isso ao menos três elementos: a venda de lotes irregulares por loteadores de que não se tem mais notícias; a compra desses lotes por famílias de baixa renda que garantem por esse meio o acesso à casa própria; e, por fim, a oferta de serviços públicos, muitas vezes feita enquanto concessão clientelística de forças políticas que têm nesses espaços importantes bases eleitorais. (SILVA, 2011, p. 75-76)

Na mesma época em que Vera se fixava no Residencial dos Lagos, em outra península da represa Billings iniciava-se o loteamento de uma área que originaria o Jardim Gaivotas. Muito próxima da represa, a zona ficava razoavelmente afastada de outras mais densamente povoadas, onde chegava-se a pé, depois de muitos minutos de caminhada, como confirma outro entrevistado de Silva (2011, p. 77):

Migrante do estado da Bahia, o Sr. Arnaldo chegou a São Paulo dez anos antes do processo de ocupação do Jardim Gaivotas. Desde cedo empregou-se em diferentes empresas da região sul da cidade, em profissões de baixa qualificação, mas sempre com registro formal de trabalho. Soubera da venda de lotes no bairro através de um colega de trabalho, morador das imediações. As condições eram adversas, “isso aqui era só brejo”, desde o lugar do último ponto final de ônibus era preciso andar quase meia hora, “no escuro, no meio do mato”. Ainda assim comprou o terreno, onde por conta própria construiu a casa nos fins de semana até instalar-se com a família, saindo do aluguel na região de Interlagos, também na zona sul da capital.

2.4 Em defesa das águas

Conforme citado por Caldeira (2000), o processo de expansão periférica que perdurou até os anos 1980 empurrou grandes contingentes da população financeiramente menos favorecida para áreas desprovidas de infraestrutura, culminando na “invasão das águas” pela cidade, e cujos desdobramentos tentam-se gerenciar ainda hoje. (SILVA, 2011). Entre as várias tentativas de se administrar essas áreas, estão a LPM e as leis específicas da Billings e Guarapiranga.

Em 2007, a Prefeitura de São Paulo lança o programa Operação Defesa das Águas com o propósito de proteger as nascentes que abastecem as represas da Região Metropolitana de São Paulo e combater a ocupação irregular nas áreas de mananciais. O programa se concentra nos entornos das represas Billings e Guarapiranga, na zona Sul, até a Reserva da Cantareira e do Alto Tietê, nas regiões Norte e Leste. (SILVA, 2011)

Dentre as ações previstas, Silva (2011) salienta a chamada Ordem Interna nº 01 de 2007, que estabelece um padrão de procedimento com apoio jurídico para as ações desempenhadas pelas instâncias governamentais envolvidas nos programas, afim de evitar diferentes interpretações; a delimitação de áreas prioritárias; o congelamento da expansão urbana nessas áreas; e a proibição de novas construções pelos moradores já instalados.

Como resultado dessa operação, entre 2007 e 2008 foram feitas mais de 2 mil demolições de imóveis irregulares – a maioria, utilizada como moradia. Em maio de 2010, já haviam sido removidos 4.497 imóveis. Somente moradores de ocupações consideradas “antigas” foram encaminhados para programas habitacionais, o que gerou fatores de diferenciação e segregação entre a própria população local. As moradias que não fossem removidas seriam abertas às possibilidades de urbanização e regularização urbanística e fundiária. (SILVA, 2011).

Paralelamente, a autora menciona que em 2008 o governo estadual lança o Programa Mananciais para preservar o meio ambiente por meio da urbanização de assentamentos, recuperação ambiental, regularização fundiária e parceria com os municípios da região metropolitana. A ação é originária do Programa de Saneamento Ambiental da Bacia da Guarapiranga, previsto para ocorrer entre 1993 e 1997 mas estendido até 2000, cujo propósito era instalação de esgotamento sanitário, considerada a principal causa de deterioração do reservatório.

Presente em 81 áreas da região Sul, o Programa Mananciais prevê a remoção de moradias quando não há possibilidade de regularização urbanística e, nesses casos, o valor do imóvel removido é avaliado. Os proprietários podem escolher comprar outro imóvel com o valor ressarcido ou ser encaminhados a habitações construídas pelo poder público. ou no mesmo valor e adquiri-lo com o ressarcimento do primeiro, ou pode ser encaminh

Apesar de serem políticas distintas, a Operação Defesa das Águas e o Programa Mananciais são complementares ao promover a remoção de moradias e urbanização com possível regularização. Silva (2011) observa que é consenso entre o meio acadêmico a impossibilidade de regularizar toda a ocupação em áreas de mananciais de São Paulo, assim retirar todos os moradores desses locais. Portanto, esses programas buscam gerir “ocupações consolidadas” e “ocupações não consolidadas”, sobre a qual recaem práticas de regularização ou de remoção, especialmente no caso da Operação Defesa das Águas:

No campo de incertezas e temores gerados pelo procedimento municipal estavam não só as chamadas ocupações não consolidadas, mas também aquelas mais antigas, as quais teriam direitos adquiridos à regularização. (SILVA, 2011, p. 85)

Silva (2011) corrobora que as possibilidades tanto de regularização quanto de remoção são rumores frequentes nos loteamentos irregulares, e muitas vezes ignoradas pelos próprios moradores. A autora atenta para a complexa teia estabelecida, na qual se envolvem o Estado tolerante, os grileiros de terra, os loteadores e os compradores. Todavia, ao intervir no processo de irregularidade, o Estado não atua na relação de compra e venda senão somente com o ator final desse processo, alimentando a figura do comprador como “invasor” ou perigo a ser combatido – característica que faz a ação pública da remoção ser necessária, desejada e que passaria a ser efetivada, de fato:

Diante de uma situação que perdura por muitos anos, onde “tudo é irregular”, como lembra Irene, é plausível supor que se pode ter em um assentamento irregular “a mesma sorte” do pai, do vizinho, ou de algum conhecido de que se tem notícias. A palavra “sorte”, aqui, não tem importância menor, denotando o contexto incerto em que se desenvolvem atos e expectativas. Em vários momentos do trabalho de campo foram observadas situações desse tipo. Bairros “condenados” por notificações que nunca se efetivaram. Casas em situação mais flagrante de irregularidade que lá permanecem. Ou lugares como o próprio Jardim Gaivotas, cujos moradores mais antigos, ao chegarem ao bairro nas condições irregulares descritas no capítulo anterior, contavam com a regularização que poderia vir algum dia. E veio. (SILVA, 2011, pág. 91)

Após um ano de notificações em uma ocupação irregular no Jardim Gaivotas, em 2007 um total de 97 famílias receberam um ultimato para deixar o local. Em contrapartida, receberiam como “benefício” uma passagem para voltar à terra natal, ainda que muitos moradores tenham nascido na cidade de São Paulo. Em outros casos, também foi oferecida uma verba de atendimento habitacional que serve, geralmente, para as famílias removidas comprarem outra casa, muitas vezes também em

condições irregulares semelhantes.

Sem ter para onde ir, após a derrubada das casas 11 famílias foram abrigadas em barracas de lona erguidas pelos próprios funcionários da Prefeitura. As barracas desmoronaram na mesma noite, após vento e chuva. Diante das denúncias ao Conselho Tutelar, a Prefeitura encaminhou essas famílias a um hotel da região, onde ficariam provisoriamente acolhidas por 30 dias.

Nesse “confinamento”, os moradores se organizaram e passaram a reivindicar moradias em mobilizações e acampamentos em frente à Subprefeitura da Capela do Socorro, o que resultou na conquista de 40 meses de auxílio-aluguel. Contudo, em uma nova visita a esses moradores então removidos realizada em 2009, Silva (2011) encontrou famílias vivendo em casas alugadas na mesma região onde residiam antes – algumas delas com possibilidades de também serem derrubadas pela Operação Defesa das Águas.

2.5 Remoções e resistência

Fruto de uma parceria entre a Prefeitura de São Paulo e o Governo do Estado, por meio de seus programas Operação Defesa das Águas e Mananciais, as margens da represa Billings começaram a se transformar com a construção do Parque Linear Cantinho do Céu, com extensão total prevista de sete quilômetros e objetivo de transformar as margens em espaço de convívio e lazer para cerca de 12 mil famílias que vivem no entorno ao mesmo tempo em que recupera e preserva a região, segundo publicação no site Caderno SP³ em 23 de outubro de 2010.

A nota do site informa que a primeira etapa, iniciada em 2009 e concluída em 2011, foi realizada no Parque Residencial dos Lagos, com a construção de 5.200 metros de drenagem, 3.200 metros de ligações de esgoto, 24 mil metros de guias e sarjetas, além de 1.780 metros quadrados de obras de contenção. Em uma extensão de 900 metros, abrigam-se brinquedos, quadras esportivas, pista de skate, passarelas de madeira, deck e mirante.

Criado pelo escritório Boldarini Arquitetura e Urbanismo, o projeto foi selecionado para o pavilhão brasileiro da Bienal de Arquitetura de Veneza, em 2010. O projeto previa a remoção de todas as moradias localizadas em uma faixa de 50 metros a partir da margem da represa, segundo Pita (2011) em reportagem no site Pini⁴ no dia 01 de dezembro de 2011. Por conta de um acordo feito com a Secretaria de Habitação, as distâncias entre as moradias e a margem da represa puderam variar de 15 a 150 metros, possibilitando a permanência da maior parte dos imóveis.

3 Disponível em: <<http://www.cadernossp.com.br/capela-do-socorro/122/Programa-Mananciais-come%E7a-a-dar-frutos-no-Graja%FA//>>>. Acesso em 19 jun. 2015.

4 Disponível em: <<http://infraestruturaurbana.pini.com.br/solucoes-tecnicas/14/artigo256171-1.aspx>>. Acesso em 19 jun. 2015.

Todavia, antes da conclusão do projeto, a ameaça de remoções na região deixou a população local temerosa. Reportagem de Constantino (2009), publicada em 24 de março de 2009 no site Brasil de Fato⁵, refletia essa preocupação. Na época, cerca de 250 moradores do Parque Cocaia I paralisaram a avenida Dona Belmira Marin em protesto contra as possibilidades de despejo que atingiriam 2 mil famílias no bairro, localizado em uma das penínsulas da represa Billings. Em troca, a Prefeitura oferecia a cada morador um cheque indenizatório de R\$ 5,8 mil, que não foi aceito por eles.

O relato também informa que 140 famílias foram ameaçadas de despejo de uma área conhecida como Jardim Toca e tinham apenas 10 dias para desocupar os imóveis. Algumas pessoas abandonaram as casas com medo.

De acordo com a Rede de Comunidades do Extremo Sul⁶ (2012), os moradores conseguiram prolongar o prazo para desocupação e converter a indenização em auxílio-aluguel. Três anos depois, eles finalmente conquistaram a habitação definitiva com a construção de um conjunto habitacional no município de Diadema.

Formada em 2010 por um grupo de moradores dos bairros Parque Cocaia I, Jardim Toca, Jardim Lucélia, Vila Nascente, Jardim Prainha, Jardim Tangará, Recanto Cocaia, entre outros, a Rede de Comunidades do Extremo Sul (2010) é um movimento autônomo que reivindica condições dignas de moradia à população local e resiste às ameaças de despejo, como aponta seu próprio manifesto⁷:

Todos sabemos que a região dos mananciais abrange uma área enorme, que inclui o Autódromo de Interlagos, regiões habitadas por ricos, grandes casas noturnas, que, é óbvio, permanecerão intocadas. As áreas ameaçadas são apenas de comunidades pobres, compostas por milhares e milhares de trabalhadores e trabalhadoras, que não tiveram opção, a não ser comprar seu pedaço de chão em loteamentos precários, resultado de uma articulação entre grandes proprietários, políticos, burocratas, imobiliárias e membros do aparelho judiciário (...) A necessidade de preservação do meio ambiente – com o que estamos de pleno acordo – pode e deve ser feita respeitando os direitos da população pobre. Portanto, nós, moradores de comunidades carentes, ameaçadas de despejo e vítimas das enchentes, exigimos do poder público a garantia de nosso direito à moradia digna e aos serviços públicos fundamentais.

5 Disponível em: <<http://www.brasildefato.com.br/node/1417>>. Acesso em 20 ago. 2015

6 Disponível em: <<https://redeextremosul.wordpress.com/>>. Acesso em 20 ago. 2015

7 Disponível em: <<https://redeextremosul.wordpress.com/o-que-e-a-rede/>>. Acesso em 20 ago. 2015

Em 2011, as mobilizações dos integrantes da Rede de Comunidades do Extremo Sul conseguiram barrar novas remoções de casas no Jardim Prainha⁸ para a continuidade da construção do Parque Linear Cantinho do Céu. Todavia, as dúvidas permaneciam no cotidiano local.

Gomes (2013) observa, em reportagem do site Rede Brasil Atual⁹ do dia 19 de fevereiro de 2013, que outras famílias ainda viviam na incerteza após terem residências demarcadas com spray por funcionários municipais e circularem boatos sobre a derrubada de mil imóveis para dar lugar ao empreendimento.

Apesar da preocupação recorrente, Ribeiro et. al. (2015) revelam que os programas Mananciais e Defesa das Águas estão praticamente paralisados desde 2012. A reportagem publicada no site do jornal O Estado de S. Paulo¹⁰ em 07 de fevereiro de 2015 afirma que R\$ 3,5 bilhões seriam investidos pela Prefeitura de São Paulo entre os anos de 2012 e 2016 nos projetos. Somente para o período entre 2012 e 2014, estariam reservados R\$ 2,62 bilhões. Contudo, foram gastos apenas R\$ 458 milhões. O principal entrave seria a falta de liberação de recursos do governo federal por meio do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC).

2.6 Novas ocupações

Após as manifestações de junho de 2013 que aconteceram nas principais cidades brasileiras, diversos movimentos sociais ocuparam imóveis ociosos na cidade de São Paulo. De acordo com levantamento de Giba Bergamin Jr. (2013), publicado pelo jornal Folha de S. Paulo¹¹ em 09 de setembro de 2013, havia naquele ano mais de 90 ocupações município. Do total, 44 em prédios, e o restante em terrenos localizados – a maior parte deles, em zonas de proteção ambiental nas periferias.

Segundo Bergamin (2013), apenas no distrito do Grajaú seriam 26 ocupações por moradia até aquele momento. O coordenador do Movimento dos Trabalhadores Sem Teto (MTST), Guilherme Boulos, indica à reportagem a alta dos aluguéis nos bairros periféricos como principal fator para o surgimento de novas ocupações.

O Grajaú seria um dos distritos com maior variação do preço das locações, conforme reportagem de Borges (2015), no site Periferia em Movimento¹²:

8 Disponível em: <<https://redeextremosul.wordpress.com/category/jd-prainha/>>. Acesso em 20 ago. 2015

9 Disponível em: <<http://www.redebrasilatual.com.br/cidades/2013/02/moradores-denunciam-desinformacao-na-remocao-de-mil-moradias-na-zona-sul-de-sao-paulo>>. Acesso em 20 ago. 2015

10 Disponível em: <<http://sao-paulo.estadao.com.br/noticias/geral,haddad-deixa-de-investir-r-1-6-bi-em-represas,1631183>>. Acesso em 19 jun. 2015

11 Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2013/09/1339043-cidade-tem-onda-de-invasoes-de-sem-teto-na-gestao-haddad.shtml>>. Acesso em 19 jun. 2015

12 Disponível em: <<http://periferiaemmovimento.com.br/2015/01/ocupacao-no-grajau-tem-creche-biblioteca-e->

Em geral, o aluguel de dois cômodos não fica por menos de R\$ 400 na região, que está entre as campeãs da especulação imobiliária. Entre janeiro e novembro de 2013, o valor do metro quadrado subiu 4,95% em 112 bairros da cidade de São Paulo, segundo o ZAP Imóveis. As maiores altas foram registradas em bairros periféricos. Com aumento de 20,86% no período, o Grajaú ficou em terceiro lugar nesse ranking, atrás apenas de Sapopemba (22,40%) e Jaraguá (23,82%).

Outra reportagem de Borges (2013), também no *Periferia em Movimento*¹³, relata a história de Milene Cícero de Andrade, com 35 anos à época. Viúva e com um câncer em tratamento, ela recebia R\$ 700 de pensão por mês e destinava R\$ 380 ao pagamento do aluguel de uma casa de três cômodos na região. No dia 25 de julho de 2013, ela e outras 250 famílias demarcaram lotes na ocupação Povo Unido Para Vencer. Com 23 mil metros quadrados, o terreno do Clube Aristocrata foi desapropriado pela Prefeitura de São Paulo em 2008 para a construção de um parque linear. A estrutura antiga foi derrubada e a piscina aterrada, mas a obra nunca saiu do papel.

A poucos quilômetros dali, dois dias depois 900 famílias tomaram o terreno de uma granja desativada no Jardim Lucélia. José Mariano Chaves, 52 anos, ingressou na ocupação Recanto da Vitória para devolver a casa empresatada pelo irmão, onde vivia com cinco filhos. A auxiliar de produção Vanuza Santos de Lima, 36 anos, pagava R\$ 300 em dois cômodos alugados no Jardim São Pedro, enquanto José “Lampião” desembolsava R\$ 200 por mês para morar em um cômodo.

Segundo Locatelli (2013), em reportagem do site Carta Capital¹⁴ publicada em 30 de agosto de 2013, a Secretaria Municipal de Habitação mantinha 20 programas de moradia em curso na região e afirmou que as ocupações prejudicam a política habitacional em curso. A posição das administração pública demonstra mudança de postura, como apontou Zenilde de Souza Silva, 60 anos, que diz ter participado da tomada de um terreno no começo dos anos 1980: “A diferença é que antigamente não despejavam ninguém. A prefeitura colocava água, tinha luz, e ela mesma trazia os postes. Eram umas invasões que eles deixavam, não tiravam.”

A intolerância com os novos loteamentos logo se confirmaria. Lopes (2013) informa em reportagem do dia 17 de setembro de 2013, no site Vice Brasil¹⁵, que a maior parte das ocupações na região já havia sido desfeita alguns meses depois das tomadas de terra. Em 16 de setembro de 2013, os 400 moradores da ocupação Jardim da União, no Jardim Itajaí, acordaram com bombas de gás lacrimogêneo lançadas pela Polícia Militar – o quinto despejo dessa ocupação em menos de 50 dias.

cooperativa-mas-corre-risco-de-despejo/>. Acesso em 19 jun. 2015

13 Disponível em: <<http://periferiaemmovimento.com.br/2013/07/por-moradia-familias-ocupam-terrenos-no-grajau/>>. Acesso em 19 jun. 2015.

14 Disponível em: <<http://www.cartacapital.com.br/sociedade/grajau-ocupado-2031.html>>. Acesso em 19 jun. 2015

15 Disponível em: <http://www.vice.com/pt_br/read/o-grajau-acordou-ontem-com-gas-lacrimogeneo>. Acesso em 19 jun. 2015

Entre os moradores desabrigados, estava José de Arimateia, então com 42 anos, que desembolsava R\$ 450 por mês no aluguel de uma casa de três quartos em Parelheiros, onde vivia com a companheira Sonia Maria dos Santos, 43, e os três filhos. No dia 27 de setembro de 2013, eles reocuparam o terreno pela sexta vez, conforme relato de Borges (2013) em reportagem do dia 07 de outubro de 2013, no site Periferia em Movimento¹⁶.

Em outubro, as famílias da ocupação se transferiram para uma área maior no Jardim Varginha. Segundo Borges (2015), o terreno abriga 800 famílias, que construíram biblioteca, creche e cooperativa de reciclagem comunitárias. A área pertence à Companhia de Desenvolvimento Habitacional Urbano (CDHU) e estava destinada à construção de moradias populares. As secretarias da habitação do município e do estado de São Paulo solicitaram a suspensão de uma nova reintegração de posse, contudo a Justiça aguardava análise do Ministério Público antes de dar um parecer a respeito e ainda não há conclusão.

No dia 21 de março de 2015, o prefeito Fernando Haddad visitou o Grajaú durante uma atividade da Prefeitura e anunciou a criação de um projeto para a construção de mais de 1.300 unidades habitacionais na região. Segundo o site oficial da Prefeitura¹⁷ (2015), a medida objetiva beneficiar mais de seis mil moradores da região sul da cidade não apenas com moradias, mas também com equipamentos públicos que serão integrados ao futuro condomínio residencial.

2.7 Passado, presente e futuro: dados que ajudam a explicar o contexto

Para entender o processo histórico de ocupação no território compreendido como distrito do Grajaú, é necessário analisar alguns dados públicos, ainda que não seja possível apontar conclusões tomando-os como base.

Anteriormente, foi dito que o Grajaú saltou de 23^a maior população do município em 1980, com 117.301 habitantes, para o primeiro lugar no ranking em 2010, com 360.787 habitantes. O maior acréscimo demográfico aconteceu entre 1991 e 2000, quando o distrito saltou de 193.754 para 333.436 moradores, de acordo com dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) compilados na plataforma virtual de informações Infocidade¹⁸, da Prefeitura de São Paulo.

Nesse período de forte ocupação, o município de São Paulo sofreu um desmatamento de 5.345 hectares (53 quilômetros quadrados) concentrado em regiões de mananciais e proteção

16 Disponível em: <<http://periferiaemmovimento.com.br/2013/10/402/>>. Acesso em 19 jun. 2015

17 Disponível em: <<http://www.capital.sp.gov.br/portal/noticia/5456#ad-image-0>>. Acesso em 19 jun. 2015

18 Disponível em:

<http://infocidade.prefeitura.sp.gov.br/htmls/7_populacao_recenseada_e_taxas_de_crescime_1980_10747.html>. Acesso em 20 ago. 2015

ambiental, segundo a Secretaria do Verde e Meio Ambiente¹⁹ da Prefeitura. As maiores áreas desmatadas encontram-se no Jardim Ângela (410 hectares no período), Tremembé (407), Perus (345), Iguatemi (338) e Parelheiros (328). O distrito do Grajaú registrou a sexta maior área total derrubada: 323 hectares.

Nota-se que São Paulo chegou ao ano 2000 com 2.018 favelas, sendo que 153 delas localizavam-se no Jardim Ângela e 144 em Cidade Ademar, de acordo com a Listagem de Favelas do Município de São Paulo elaborada pela Secretaria de Habitação²⁰ (2000). Apesar de concentrar 130 desses aglomerados (6,44% do total), nesse ano o Grajaú contava com 93.619 pessoas vivendo em 22.761 moradias localizadas em favelas – o maior número absoluto da cidade.

O número de moradias em favelas no distrito diminuiu substancialmente até 2008, quando totalizou 12.572 imóveis, voltou a crescer chegando a 19.623 unidades em 2011 e iniciou nova tendência de baixa, com 17.289 habitações nessas condições em 2014. Nesse ano, São Paulo somava 1.668 favelas, e 74 delas localizavam-se no Grajaú, cujo percentual de participação no conjunto de aglomerados subnormais no município diminuiu para 4,44%. Brasilândia (94 favelas), Capão Redondo e Cidade Ademar (86 cada), Jardim Ângela (84) e Jardim São Luís (75) ficaram à frente do distrito, segundo Listagem de Favelas do Município de São Paulo da Sehab²¹ (2014).

Ao todo, constata-se que o número de domicílios do Grajaú cadastrados no Cadastro Territorial e Predial de Conservação e Limpeza (TPCL) aumentou de 86.223 unidades em 2000 para 103.403 em 2010. No município de São Paulo, o total de moradias passou de 2.985.977 para 3.573.509 nesse período. Apesar do Sistema de informações para Habitação Social da cidade (HABISP) apontar que 6,14% da área total do município é ocupada por loteamentos irregulares²², não é possível especificar com base nos dados disponíveis na internet o total de domicílios nessas condições no distrito do Grajaú.

Entretanto, é importante observar que, nesse intervalo, enquanto o percentual de imóveis próprios passou de 69,3% para 70,4% do total no município, no Grajaú esse índice caiu de 76,7% para 72%. Ao mesmo tempo, o total de imóveis alugados subiu de 21,6% para 23,2% no município e de 15,3% para 20,1% no distrito, conforme o IBGE de 2010. Ao passo que o município de São Paulo registrou o lançamento de 627.179 unidades habitacionais verticais pelo mercado imobiliário

19 Disponível em: <http://infocidade.prefeitura.sp.gov.br/htmls/2_desmatamento_1991_59.html>. Acesso em 20 ago. 2015.

20 Disponível em: <http://infocidade.prefeitura.sp.gov.br/htmls/9_estimativas_de_populacao_e_domicilios_em_2000_324.html>. Acesso em 20 ago. 2015.

21 Disponível em: <http://infocidade.prefeitura.sp.gov.br/htmls/9_estimativas_de_domicilios_em_favelas_2008_10624.html>. Acesso em 20 ago. 2015

22 Disponível em: <<http://www.habisp.inf.br/habitacao>>. Acesso em 20 ago. 2015

formal entre 1992 e 2014, de acordo com a Empresa Brasileira de Estudos de Patrimônio em dados divulgados pelo site Infocidade²³. Desse total, apenas 3.856 unidades foram lançadas na subprefeitura de Capela do Socorro – nenhuma delas no distrito do Grajaú.

Por outro lado, o avanço populacional do distrito de Parelheiros – mais ao Sul e com maior parte do território sob proteção ambiental – ocorre de maneira mais acentuada do que a registrada no Grajaú. De 1980, quando o distrito possuía 31.711 habitantes, até 1991, a população aumentou a uma taxa anual de 5,24%; de 1991 a 2000, o crescimento foi de 7,07% ao ano; e de 2000 a 2010, 2,46% anuais, totalizando 131.183 habitantes. Nesse último intervalo, a taxa de expansão foi inferior apenas a regiões com alto índice de lançamentos imobiliários formais, como Vila Andrade (5,6%), Vila Leopoldina (3,92%) e Vila Sônia (2,18%), ou de Anhanguera (5,5% ao ano), distrito periférico na região da Cantareira com altos índices de ocupação irregular nos últimos 30 anos.

Silva (2011) corrobora que esse processo de “descentralização” da população sugere a hipótese de que, atualmente, os deslocamentos intraurbanos estariam tomando o lugar das migrações na ocupação desses espaços periféricos irregulares, perpetuando o modelo de expansão periférica vivenciado na cidade nas últimas décadas.

As projeções demográficas²⁴ do próprio IBGE e da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano (SMDU) reforçam essa possibilidade. No período de 2010 a 2040, a população do município de São Paulo deve aumentar 13,3% e atingir 12.757.203 habitantes, enquanto o Grajaú crescerá abaixo da média, 7%, chegando a 386.202 moradores. Já Parelheiros deve manter a média histórica da última década e registrar um incremento demográfico de 75%, totalizando 230.104 habitantes ao término do período.

Conforme observa Girardi (2015) em reportagem do jornal O Estado de S. Paulo de 23 de agosto de 2015²⁵, uma série de pequenas ocupações na APA Bororé-Colônia se desenrola nos últimos dois anos. Habitações e loteamentos são implementados de forma clandestina dentro da zona de proteção com a partir da expansão de núcleos já existentes para as matas vizinhas, além de novos eixos e focos de ocupação. Entre as estratégias utilizadas pelos grileiros, de acordo com a reportagem, está a preservação de árvores mais altas e copas largas e localizadas à beira das estradas, o que dificulta a percepção de quem passa próximo à área por terra ou a fiscalização via satélite, uma vez que as construções ficam encobertas pela vegetação.

23 Disponível em:

<http://infocidade.prefeitura.sp.gov.br/htmls/15_numero_de_unidades_residenciais_verticais_1992_10677.html>. Acesso em 20 ago. 2015

24 Disponível em:

<http://infocidade.prefeitura.sp.gov.br/htmls/7_populacao_censitaria_e_projecoes_populac_2008_10489.html>. Acesso em 20 ago. 2015.

25 Disponível em: <<http://sao-paulo.estadao.com.br/noticias/geral,desmatamento-formiga-ameaca-area-de-protecao-e-billings-na-zona-sul-de-sp-imp-,1749061>>. Acesso em 24 ago. 2015

CONCLUSÃO

A importância dessa pesquisa está na compreensão de determinados processos de organização do espaço urbano de São Paulo, bem como de requalificação de localidades e substituição de população de uma determinada classe social por outra, e de que forma esses padrões se perpetuam e se reproduzem nos bairros periféricos da cidade.

A segregação que se impõe em meados do século XX favorece os integrantes das classes mais ricas, que continuam morando na região central da cidade, provida de infraestrutura, comércio e serviços. Pudera, uma vez que são eles próprios que patrocinam os ideais que implicam na mudança de trabalhadores do centro para localidades afastadas, como o Plano de Avenidas de Prestes Maia e o sonho da casa própria alimentado pelos empresários da indústria. Por outro lado, esse pensamento ganha musculatura com a pressão de movimentos sindicais e anarquistas contra o alto custo dos aluguéis no centro e pelas condições criadas pelo Ministério do Trabalho de Getúlio Vargas com vistas à manutenção de uma “paz social”.

Tal cenário colabora para o modelo de expansão periférica, caracterizado pela distância física entre ricos e pobres, da compra e venda de terrenos em solo vulnerável e das moradias precárias autoconstruídas ao longo de meses ou anos pelos trabalhadores, à medida do possível. Sob a tolerância do poder público, os bairros periféricos crescem, multiplicam-se e consolidam-se com investimentos estatais em troca de apoio político.

A industrialização, o desembarque de milhares de migrantes de outras regiões do País, especialmente do Nordeste e do interior de Minas Gerais, para trabalhar nas fábricas paulistas e a consequente fixação de residência dos recém-chegados em bairros periféricos são exemplares da organização do espaço urbano. Inclusive, a casa própria autoconstruída integra o projeto de estabilidade e ascensão social dos novos habitantes.

Nesse ínterim, destaca-se o contexto de ocupação do Grajaú, que ocorre em momento de forte industrialização da região de Santo Amaro e pressão aos mananciais que abastecem as represas Billings e Guarapiranga, ao passo que o governo estadual aprova uma lei de proteção mas não fiscaliza, propiciando o barateamento e a venda clandestina de lotes às margens dos reservatórios.

É interessante notar que a mobilização das camadas mais pobres por melhorias na periferia, especialmente com os movimentos que surgem nos anos 1970, pode resultar em investimentos públicos que elevem a qualidade de vida. Todavia, essas modificações tornam-se elas próprias indutoras da especulação imobiliária, uma vez que regulariza terras e facilita a ação do mercado imobiliário formal de tal forma que influencia o preço dos aluguéis e do valor do metro quadrado residencial. Nesse contexto, novamente os moradores com menos condições financeiras são

compelidos a procurar outro local de moradia – geralmente, outra periferia, mais distante e com menos infraestrutura.

Esse período em que políticas públicas são formuladas objetivando melhorias na periferia coincide com a crise econômica e alta no desemprego dos anos 1980 e 1990, incentivando ainda mais a ocupação de bairros recentes. Nesse intervalo, o Grajaú e outras regiões vulneráveis, como Jardim Ângela e Anhanguera, por exemplo, vivem seus maiores crescimentos populacionais.

Por se encontrarem em áreas de mananciais, os aportes de recursos públicos acontece de forma mais lenta que em outras localidades. O distrito também tem limitações para o crescimento imobiliário formal, favorecendo o atendimento a demanda habitacional pelo mercado informal. Um dado sintomático é o lançamento de 627 mil unidades habitacionais verticais entre 1992 e 2014, na cidade de São Paulo. Nenhuma delas localiza-se no Grajaú.

No caso específico do distrito, também não é possível identificar a segregação espacial por meio dos enclaves fortificados. Conforme explicita Caldeira (2000), desde 1980 esse padrão de segregação prevaleceu em outros pontos da cidade, permitindo a proximidade geográfica entre ricos e pobres ainda que os mantenham separados por barreiras tecnológicas.

Pouco atraente ao mercado imobiliário formal, o Grajaú vivencia esse padrão de forma sutil e menos disseminada. Nesse aspecto, a segregação é executada pelo poder público, que utiliza a implementação de suas políticas habitacionais e ambientais como justificativa para a remoção de moradias, apontando quais imóveis devem ser derrubados e quais são passíveis de regularização.

A administração pública não resolve os problemas, mas busca gerir as bordas da cidade. Dessa forma, a projeção de crescimento demográfico entre 2010 e 2040 é menor para o distrito do Grajaú (4%) do que para a média de todo o município de São Paulo (12%). Cabe ressaltar que ao passo em que o centro continua perdendo moradores, as populações removidas migram para bairros periféricos mais longínquos.

A retirada de famílias ou o aluguel que cresce em decorrência da especulação, seja no Grajaú ou em outros distritos da cidade, não vêm acompanhados de políticas que considerem o destino desses moradores, que continuam em migração dentro do território: enquanto milhares deles promovem novas ocupações em terrenos públicos e particulares, outros voltam a viver em áreas que correm risco de despejo.

Acrescente-se o fato de que Parelheiros, distrito mais ao Sul do Grajaú onde se encontram duas áreas de preservação ambiental e mais de 50 nascentes de água, mantém o ritmo de alta populacional da última década e deve crescer demograficamente 75% até 2040, conforme projeção do IBGE. A tendência é de perpetuação de um antigo modelo de segregação: a expansão periférica, que não acabou. Pelo contrário: aponta para fronteiras mais distantes, no Extremo Sul.

REFERÊNCIAS

BARBAN, Vilma. **Fortalecimento da sociedade civil em regiões de extrema pobreza**. 1. ed. São Paulo: Polis Estudos, Formação e Assessoria em Políticas Sociais, 2003.

BELLENZANI, M. L. R. A APA Municipal do Capivari-Monos como estratégia de proteção aos mananciais da Região Metropolitana de São Paulo. In: MARTINS, Rodrigo. **APA BORORÉ: Subsídios à implantação – Praticando Geografia com a Teoria do Geossistemas**. Bacharelado – Departamento de Geografia, FFLCH-USP. São Paulo: 2003.

BERARDI, M. H. P. Santo Amaro. In: MARTINS, Rodrigo. **APA BORORÉ: Subsídios à implantação – Praticando Geografia com a Teoria do Geossistemas**. Bacharelado – Departamento de Geografia, FFLCH-USP. São Paulo: 2003.

BERGAMIN JR., G. Cidade tem onda de invasões de sem-teto na gestão Haddad. **Folha Online**, São Paulo, 09 set. 2013. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2013/09/1339043-cidade-tem-onda-de-invasoes-de-sem-teto-na-gestao-haddad.shtml>>. Acesso em 19 de jun. 2015.

BONDUKI, Nabil. **Política habitacional e inclusão social no Brasil: revisão histórica e novas perspectivas no governo Lula**. Disponível em: <http://www.usjt.br/arq.urb/numero_01/artigo_05_180908.pdf>. Acesso em 10/ mar. 2014

_____; SILVA, Helena Menna Barreto Silva. Morar em São Paulo. In: BRANT, Vinicius Caldeira (org.) **São Paulo: Trabalhar e Viver**. São Paulo: Brasiliense, 1989. pp. 71-113.

BORGES, T. Por moradia, famílias ocupam terrenos no Grajaú. **Periferia em Movimento**, São Paulo, 30 jul. 2015. Disponível em: <<http://periferiaemmovimento.com.br/2013/07/por-moradia-familias-ocupam-terrenos-no-grajau/>>. Acesso em 19 jun. 2015.

_____. Arte e resistência nas ocupações por moradia do Grajaú. **Periferia em Movimento**, São Paulo, 07 out. 2013. Disponível em: <<http://periferiaemmovimento.com.br/2013/10/402/>>. Acesso em 19 jun. 2015.

_____. Ocupação no Grajaú tem creche, biblioteca e cooperativa, mas sofre risco de despejo. **Periferia em Movimento**, São Paulo, 21 jan. 2015. Disponível em: <<http://periferiaemmovimento.com.br/2015/01/ocupacao-no-grajau-tem-creche-biblioteca-e-cooperativa-mas-corre-risco-de-despejo/>>. Acesso em 19 jun. 2015.

BRITO, Diana. População de São Paulo ultrapassa 11 milhões, diz IBGE. **Folha Online**, São Paulo, 14 ago. 2009. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/folha/cotidiano/ult95u609690.shtml>>. Acesso em: 31 ago. 2014.

CADERNO SP. Programa Mananciais começa a dar frutos no Grajaú. **Caderno SP**, São Paulo, 23 out. 2010. Disponível em: <<http://www.cadernosp.com.br/capela-do-socorro/122/Programa-Mananciais-come%E7a-a-dar-frutos-no-Graja%FA//>>. Acesso em 19 jun. 2015.

CALDEIRA, T. P. R. **Cidade de Muros: crime, segregação e cidadania em São Paulo**. São Paulo: Editora 34; Edusp, 2000. 400 p.

CONSTANTINO, J. Moradores do Parque Cocaia I paralisam avenida no Grajaú. **Brasil de Fato**, São Paulo, 24 mar. 2009. Disponível em: <<http://www.brasildefato.com.br/node/1417>>. Acesso em 20 ago. 2015.

FELTRAN, G. Transformações sociais e políticas nas periferias de São Paulo. In: KOWARICK, L.; MARQUES, E. (Org.). **São Paulo: novos percursos e atores**. São Paulo: Editora 34; Centro de Estudos da Metrópole, 2001. 400 p.

FILARDO JR., A. S. Externalidade e gestão dos valores do ambiente: considerações teóricas e uma aplicação ao caso do Programa Guarapiranga (1991-2000). In: SILVA, E. A. **Governar o ingovernável: gestão da irregularidade urbana em áreas de mananciais em São Paulo**. Doutorado - Departamento de Sociologia, FFLCH-USP. São Paulo: 2011.

GALLO, Ricardo; GALVÃO, Vinícius. Centro expandido perde “uma Santos” em 11 anos. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 18 fev. 2008. Disponível em: <<http://www.nossasaopaulo.org.br/porta1/node/255>>. Acesso em: 12 dez. 2014.

GIRARDI, G. Desmatamento Formiga ameaça área de proteção à Billings na zona sul de São Paulo.

O Estado de S. Paulo Online, São Paulo, 23 ago. 2015. Disponível em: <<http://sao-paulo.estadao.com.br/noticias/geral,desmatamento-formiga-ameaca-area-de-protecao-e-billings-na-zona-sul-de-sp—imp-,1749061>>. Acesso em 24 ago. 2015.

GOMES, R. Moradores protestam em SP contra falta de informações sobre remoção na zona sul. **Rede Brasil Atual**, São Paulo, 19 fev. 2013. Disponível em: <<http://www.redebrasilatual.com.br/cidades/2013/02/moradores-denunciam-desinformacao-na-remocao-de-mil-moradias-na-zona-sul-de-sao-paulo>>. Acesso em 20 ago. 2015

KOWARICK, L. **Escritos Urbanos**. São Paulo: Editora 34, 2000. 144 p.

KOWARICK, L. **Viver em Risco: sobre a vulnerabilidade socioeconômica e civil**. São Paulo: Editora 34, 2009. 320p.

LOCATELLI, P. Grajaú Ocupado. **Carta Capital**, São Paulo, 30 ago. 2013. Disponível em: <<http://www.cartacapital.com.br/sociedade/grajau-ocupado-2031.html>>. Acesso em 19 jun. 2015.

LOPES, D. O Grajaú acordou ontem com gás lacrimogêneo. **Vice Brasil**, São Paulo, 17 set. 2013. Disponível em: <http://www.vice.com/pt_br/read/o-grajau-acordou-ontem-com-gas-lacrimogeneo>. Acesso em 19 jun. 2015.

LUIZ CLAUDIO MARCOLINO. **Famílias atingidas por remoção na região do Grajaú há cinco anos ainda esperam por casas**. São Paulo, 16 fev. 2012. Disponível em: <<http://www.luizclaudiomarcolino.com.br/noticias/familias-atingidas-por-remocao-na-regiao-do-grajau-ha-cinco-anos-ainda-esperam-por-casas>>. Acesso em 20 ago. 2015.

MARICATO, Ermínia. **Metrópole na Periferia do Capitalismo: Ilegalidade, desigualdade e violência**. São Paulo: Editora Hucitec, 1995.

MARTINS, R. **APA Bororé: Subsídios à implantação – Praticando Geografia com a Teoria do Geossistemas**. Bacharelado – Departamento de Geografia, FFLCH-USP. São Paulo: 2003.

MIRANDA, M. E. Meio ambiente e habitação popular: O caso do Cantinho do Céu. In: MARTINS, R. **APA BORORÉ: Subsídios à implantação – Praticando Geografia com a Teoria do**

Geossistemas. Bacharelado – Departamento de Geografia, FFLCH-USP. São Paulo: 2003.

MORAES, P. R. A península do Riacho Grande: Uma abordagem geográfica na análise ambiental. In: MARTINS, R. **APA BORORÉ: Subsídios à implantação – Praticando Geografia com a Teoria do Geossistemas.** Bacharelado – Departamento de Geografia, FFLCH-USP. São Paulo: 2003.

PAIVA, O. C. Caminhos Cruzados: A migração para São Paulo e os dilemas da construção do Brasil moderno nos anos 1930 a 1950. In: MARTINS, R. **APA BORORÉ: Subsídios à implantação – Praticando Geografia com a Teoria do Geossistemas.** Bacharelado – Departamento de Geografia, FFLCH-USP. São Paulo: 2003.

PALLONE, Simone. **Diferenciando subúrbio de periferia.** Cienc. Cult. São Paulo v.57 no.2 abr./jun. 2005. Disponível em: <<http://migre.me/gkzzj>>. Acesso em: 14 out. 2013.

PITA, M. Urbanização na Billings. **Pini**, São Paulo, 01 dez. 2011. Disponível em: <<http://infraestruturaurbana.pini.com.br/solucoes-tecnicas/14/artigo256171-1.aspx>>. Acesso em 19 jun. 2015.

PONCIANO, L. **Bairros Paulistanos de A a Z.** 2.a edição. São Paulo: SENAC, 2001.

REDE EXTREMO SUL. **Jardim Prainha.** São Paulo, 2015. Disponível em: <<https://redeextremosul.wordpress.com/category/jd-prainha/>>. Acesso em 20 ago. 2015.

REDE EXTREMO SUL. **O que é a Rede?.** São Paulo, fev. 2010. Disponível em: <<https://redeextremosul.wordpress.com/o-que-e-a-rede/>>. Acesso em 20 ago. 2015.

RIBEIRO, Darcy. **O Povo Brasileiro: A formação e o sentido do Brasil.** 2. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

RIBEIRO, B. Et. Al. Haddad deixa de investir R\$ 1,6 bi em represas. **O Estado de S. Paulo**, São Paulo, 07 fev. 2015. Disponível em: <<http://sao-paulo.estadao.com.br/noticias/geral,haddad-deixa-de-investir-r-1-6-bi-em-represas,1631183>>. Acesso em 19 jun. 2015.

RIBEIRO, E. M. A política de imigração no 1.º reinado: os núcleos coloniais de Itapecerica e Santo Amaro. In: MARTINS, R. **APA BORORÉ: Subsídios à implantação – Praticando Geografia com a Teoria do Geossistemas**. Bacharelado – Departamento de Geografia, FFLCH-USP. São Paulo: 2003.

ROLNIK, Raquel. **O que é cidade**. São Paulo: Brasiliense, 2004.

_____. Quem tem lugar nas cidades. **Folha Online**. São Paulo, 10 mar. 2014. Disponível em <<http://www1.folha.uol.com.br/colunas/raquelrolnik/2014/03/1422950-quem-tem-lugar-nas-cidades.shtml>>. Acesso: 10 mar. 2014.

_____. Moradia adequada é um direito. **Blog da Raquel Rolnik**. São Paulo, 19 out. 2009. Disponível em <<http://raquelrolnik.wordpress.com/2009/10/19/moradia-adequada-e-um-direito/>>. Acesso em: 10 mar. 2014.

_____. Para além da lei: legislação urbanística e cidadania (São Paulo 1886-1936). In: Maria Adélia A Souza; Sonia C. Lins; Maria do Pilar C. Santos; Murilo da Costa Santos. (Org.). **Metrópole e Globalização-Conhecendo a cidade de São Paulo**. São Paulo: Editora CEDESP, 1999.

SAMORA, P. R. **Projeto de habitação em favelas : especificidades e parâmetros de qualidade**. Doutorado - FAU-USP. São Paulo: 2009.

SANTO AMARO, A Gazeta de. Comemoração ao sesquicentenário da colônia alemã de Santo Amaro. In: MARTINS, R. **APA BORORÉ: Subsídios à implantação – Praticando Geografia com a Teoria do Geossistemas**. Bacharelado – Departamento de Geografia, FFLCH-USP. São Paulo: 2003.

SANTOS, M. Manual de Geografia Urbana. In: MARTINS, R. **APA BORORÉ: Subsídios à implantação – Praticando Geografia com a Teoria do Geossistemas**. Bacharelado – Departamento de Geografia, FFLCH-USP. São Paulo: 2003.

SÃO PAULO. Governo do Estado. **Lei Estadual n.º 1.172/76**. São Paulo, 1976.

SÃO PAULO. Prefeitura Municipal. **Infocidade: Desmatamento entre 1991 e 2011.** São Paulo, 2015. Disponível em:
<http://infocidade.prefeitura.sp.gov.br/htmls/2_desmatamento_1991_59.html> Acesso em 20 ago. 2015.

SÃO PAULO. Prefeitura Municipal. **Infocidade: Domicílios segundo condição de propriedade no ano 2000.** São Paulo, 2015. Disponível em:
<http://infocidade.prefeitura.sp.gov.br/htmls/9_domicilios_segundo_condicao_de_proprieda_2000_462.html>. Acesso em 20 ago. 2015.

SÃO PAULO. Prefeitura Municipal. **Infocidade: Estimativas da população em domicílios em favelas no ano 2000.** São Paulo, 2015. Disponível em:
<http://infocidade.prefeitura.sp.gov.br/htmls/9_estimativas_de_populacao_e_domicilios_em_2000_324.html>. Acesso em 20 ago. 2015.

SÃO PAULO. Prefeitura Municipal. **Infocidade: Listagem de Favelas do Município de São Paulo no ano 2000.** São Paulo, 2015. Disponível em:
<http://infocidade.prefeitura.sp.gov.br/htmls/9_distribuicao_das_favelas_2000_516.html>. Acesso em 20 ago. 2015.

SÃO PAULO. Prefeitura Municipal. **Infocidade: Estimativas de domicílios em favelas – 2008 a 2014.** São Paulo, 2015. Disponível em:
<http://infocidade.prefeitura.sp.gov.br/htmls/9_estimativas_de_domicilios_em_favelas_2008_10624.html>. Acesso em 20 ago. 2015.

SÃO PAULO. Prefeitura Municipal. **Infocidade: Lançamentos de unidades residenciais verticais entre 1991 e 2011.** São Paulo, 2015. Disponível em:
<http://infocidade.prefeitura.sp.gov.br/htmls/15_numero_de_lancamentos_residenciais_verti_1992_671.html>. Acesso em 20 ago. 2015.

SÃO PAULO. Prefeitura Municipal. **Infocidade: População censitária e projeções populacionais.** São Paulo, 2015. Disponível em:
<http://infocidade.prefeitura.sp.gov.br/htmls/7_populacao_censitaria_e_projecoes_populac_2008_10489.html>. Acesso em 20 ago. 2015.

SÃO PAULO. Prefeitura Municipal. **Infocidade: População recenseada e taxas de crescimento.** São Paulo, 2015. Disponível em: <http://infocidade.prefeitura.sp.gov.br/htmls/7_populacao_recenseada_e_taxas_de_crescime_1980_10747.html>. Acesso em 20 ago. 2015.

SÃO PAULO. Prefeitura Municipal. **Prefeito anuncia estudo para construção de 1.300 moradias no Grajaú.** São Paulo, 2015. Disponível em: <<http://www.capital.sp.gov.br/portal/noticia/5456#ad-image-0>>. Acesso em 19 jun. 2015.

SÃO PAULO. Sistema de Informações para Habitação Social. **Habitação.** São Paulo, 2015. Disponível em: <<http://www.habisp.inf.br/habitacao>>. Acesso em 20 ago. 2015.

SÃO PAULO. Subprefeitura da Capela do Socorro. **Aspectos Demográficos.** São Paulo, 2015.

Disponível em:

<http://portal.prefeitura.sp.gov.br/subprefeituras/spcs/dados/aspectos_demograficos/0001>. Acesso em: 19 out. 2015.

SÃO PAULO. Subprefeitura da Capela do Socorro. **Aspectos Físico-territoriais.** São Paulo, 2015.

Disponível em: <http://portal.prefeitura.sp.gov.br/subprefeituras/spcs/dados/aspectos_fisicos/0001>.

Acesso em: 11 abr. 2015.

SÃO PAULO. Subprefeitura da Capela do Socorro. **Conheça um pouco da História de Capela do Socorro.** São Paulo, 2015. Disponível em:

<<http://portal.prefeitura.sp.gov.br/subprefeituras/spcs/dados/historico/0001>>. Acesso em: 20 abr. 2015.

SÃO PAULO. Subprefeitura da Capela do Socorro. **Informações sobre os distritos da Subprefeitura Capela do Socorro.** São Paulo, 2015. Disponível em:

<<http://portal.prefeitura.sp.gov.br/subprefeituras/spcs/dados/0001>> Acesso em: 19 jun. 2015.

SILVA, E. A. **Governar o ingovernável: gestão da irregularidade urbana em áreas de mananciais em São Paulo.** Doutorado - Departamento de Sociologia, FFLCH-USP. São Paulo: 2011.

TORRES, M. C. T. M. **Ibirapuera**. In História dos bairros de São Paulo. São Paulo: Secretaria Municipal de Cultura, 1977.

ZENHA, E. A Colônia Alemã de Santo Amaro: sua instalação em 1829. In: MARTINS, R. **APA BORORÉ: Subsídios à implantação – Praticando Geografia com a Teoria do Geossistemas**. Bacharelado – Departamento de Geografia, FFLCH-USP. São Paulo: 2003.

ZENHA, E. A Vila de Santo Amaro. In: MARTINS, R. **APA BORORÉ: Subsídios à implantação – Praticando Geografia com a Teoria do Geossistemas**. Bacharelado – Departamento de Geografia, FFLCH-USP. São Paulo: 2003.